

Observe a imagem seguinte e use-a como mote para responder as questões 03 e 04:

1ª Parte – Português

Observe a tirinha abaixo e tome-a como referência para responder as questões 01 e 02.



01. Assinale a proposição inadequada conforme leitura da tirinha proposta.

- Empregou-se, no primeiro quadrinho, o termo *aonde* e não o termo *onde*, uma vez que a idéia era indicar o movimento de saída sugerido pela ação verbal.
- O termo *zefir* usado por Calvin no texto significa tecido fino usado na confecção de roupas leves, o que justifica a comparação feita pelo garoto com as peripercias do mesmo.
- O termo *intentos* aparece no terceiro quadrinho e pode ser entendido como algo que remete a capacidade de ter atenção a algo.
- Na frase “*Aonde vais tu, delinquente infante?*”, os termo *infante* funciona como adjetivo do termo *delinquente*.
- Ostentar*, termo que aparece no segundo quadrinho, significa exibir.

02. No último quadrinho, Calvin pergunta se não há nenhum seriado policial em que as pessoas falem como “*gente de verdade*”. Pensando nisso, julque as premissas.

- A fala de Calvin nos remete à discussão que relaciona variedades linguísticas e norma culta padrão.
- Segundo o garoto, a linguagem de “*gente normal*” seria a linguagem falada por ele e sua mãe nos três primeiros quadrinhos. Isso explica o estranhamento dele em relação a linguagem do programa que ele e sua mãe assistiam.
- Os três primeiros quadrinhos não passaram da imaginação de Calvin, instigada pela linguagem do filme policial a que o garoto assistia.
- Refletindo a linguagem do programa e imaginando como seria a sua aplicabilidade no cotidiano de sua casa, Calvin chega a conclusão de que a norma culta, socialmente representativa das camadas mais favorecidas, não faria muito sentido no seu dia-a-dia. Ele a considera uma linguagem fora da sua realidade.

- Apenas I é falsa.
- Apenas II é falsa.
- Apenas III é falsa.
- Apenas IV é falsa.
- Todas são verdadeiras.

03. Analisando o texto acima não é possível afirmar que:

- O objetivo da mensagem é persuadir o destinatário, influenciando-o.
- A linguagem utilizada é expressão típica da propaganda e evidencia a função conativa da linguagem.
- Há no texto, expressões linguísticas com formas verbais no imperativo, característica comum em textos publicitários.
- O texto faz uso predominante da função referencial da linguagem, usada com o objetivo de enfatizar a transmissão da informação.
- Todas as alternativas são verdadeiras.

04. Julgue as proposições como verdadeiras ou falsas, segundo a propaganda.

- O uso do duplo sentido na frase cria implícitos que vão sugerir uma informação subliminar, embora aparentemente diga outra.
- Textos publicitários recorrem comumente ao uso conotativo da linguagem para criar efeitos se de sentidos específicos e alcançarem seu principal objetivo: persuadir.
- O emprego conotativo da linguagem fundamenta-se no processo de metaforização a partir do termo *borracha*.
 - V, V, V.
 - V, V, F.
 - V, F, V.
 - F, F, V.
 - F, F, F.

05. “*Pelo seu grau de expressividade e pela força de evocação de diferentes sensações, é um recurso expressivo importante para a literatura, particularmente para a poesia.*”

Qual das alternativas abaixo contém exemplos e identificação da figura de linguagem conceituada no texto acima.

- “(…) estou mentindo ainda que lá se possa de manhã lavar o rosto no orvalho e o pão preserve aquele branco sabor de alvorada” – sinestesia.
- “Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto” – sinédoque.

- c) "(...) Sou um mulato nato
No sentido lato
Mulato democrático do litoral." – assonância.
- d) "Fomos ver o rio. E pouco andamos, porque já estava entrando pelas estrebarias. O marizeiro que ficava embaixo, a correnteza corria por cima dele. Era um mar d'água roncando." – anacoluto.
- e) "Vi, claramente visto, o lume vivo
Que a marítima gente tem por santo,
Em tempo de tormenta e vento esquivo,
De tempestade escura e triste pranto." – pleonasma.
- d) A Sra. Alonso Santos acaba de presentear uma conhecida decoradora desta praça com um rebento da cegonha. O estado do menino é satisfatório e do menino também.
- e) A cegonha acaba de presentear a Sra. Alonso Santos, conhecida decoradora desta praça, com um rebento. O estado da progenitora é satisfatório e do menino também.

O texto a seguir servirá de base para responder as questões **08, 09 e 10**.

06. "(...) Uma, duas, três, havia mais de cinco estrelas no céu. A lua estava cercada de um halo cor de leite. Ia chover. Bem. A caatinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a caatinga ficaria toda verde."

Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*.

Sobre o fragmento de texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) O verbo *ressuscitaria* refere-se a um fato futuro, que pode ocorrer ou não, relacionado a um fato presente.
- b) Em "...Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas.", o verbo está conjugado no futuro do pretérito imperfeito do indicativo.
- c) A realização dos prognósticos de Fabiano está condicionada à ocorrência efetiva da chuva anunciada pelo halo leitoso que cobre a lua. Isso é percebido no emprego dos verbos no futuro do pretérito.
- d) Todos os verbos estão conjugados no futuro do presente.
- e) Todas as alternativas são falsas.

07. Reproduziu-se, a seguir, um texto em que Millôr Fernandes alterou as funções sintáticas das formas lingüísticas, gerando um efeito de incoerência. Usando as mesmas palavras, no contexto morfossintático adequado, que alternativa recupera o sentido do texto?

Nascimento

Um rebento da Sra. Alonso Santos acaba de presentear a cegonha, conhecida praça desta decoradora. O estado do satisfatório é menino e também progenitora.

PAULILLO, Maria Célia. *Literatura comentada*; Millôr Fernandes. São Paulo: Abril Educação, 1908.p. 52.

- a) Um menino acaba de presentear a Sra. Alonso Santos com um rebento na conhecida praça da decoradora. O estado da cegonha é satisfatório e o da progenitora também.
- b) Uma conhecida cegonha da praça acaba de presentear a decoradora Sra. Alonso Santos com um rebento. O estado do menino é satisfatório e o da progenitora também.
- c) Uma conhecida decoradora desta praça acaba de presentear a Sra. Alonso Santos com uma cegonha e um rebento. O estado da progenitora é satisfatório e do menino também.

Sabe o Português?

(...) temos muitos modos. Mas não só modos de boa educação, daqueles que sua mãe lhe aconselha a mostrar às visitas; e sim modos verbais. Dispomos de três, cada qual subdividido em tempos: indicativo subjuntivo e imperativo – o menos usado e mais legal. Ou você não acharia o máximo dizer "faze tu!" quando seu irmão pede alguma coisa?

Mas vamos nos ater ao indicativo, que exprime algo certo. Nele, conjugamos em seis tempos: presente (ok), pretérito perfeito (que não trata necessariamente de um passado maculado), pretérito imperfeito (tampouco se refere a uma biografia certinha), pretérito mais-que-perfeito (mania de grandeza!), futuro do presente (eu pensava "mas, afinal, isto é futuro ou presente?") e, pasme, futuro do pretérito (que embananou de vez minha cabeça ginásial).

Portanto, irmão em língua, conjuguem. Eu conjugo, tu conjugas, ele conjuga. Nós conjugamos, vós conjugais, eles conjugam. Fácil, pois trata-se de um verbo regular de primeira conjugação. É só trocar por qualquer outra ação terminada em **-ar** e copiar os finais: eu copio, tu copias, ele copia. Nós copiamos, vós copiais, eles copiam.

A não ser que o verbo em questão seja irregular. Alguns nem chegam a mudar tanto, mas outros só podem estar de sacanagem. Como o verbo *ir*. Tão pequeno e tão feroz, o danado é uma anomalia. Literalmente, *ir* é um verbo anômalo, ou seja, tem mais de um radical quando conjugado. Vejamos, em rápido passeio pelos tempos: eu vou, eu ia, eu fui, eu fora, eu irei, eu iria. Que vá você. Se eu fosse. Quando eu for. Não vás. Ou vá, você é quem sabe! Já podia ter ido. Eu tô indo. E pensar que chegamos na escola já intuindo boa parte disso.

Por isso é que eu digo: Português é para os fortes.

PASSOS, Clarissa. *Garotas que dizem ni*. (fragmento) disponível em: <http://www.garotasquedizemni.com/archives/001504.p hp>

08. O texto trata:

- I. Da dificuldade existente, na língua portuguesa, no aprendizado dos verbos e das noções a eles associadas.
 - II. Ao tratar de verbos regulares e irregulares a autora destaca que estes oferecem menor dificuldade que aqueles no que se refere a conjugação.
 - III. O imperativo seria o modo mais “legal” dada a sua facilidade de conjugação.
 - IV. Do ponto de vista gramatical, todos os verbos são fáceis de se conjugar quando se tem o conhecimento sobre o assunto.
- a) Apenas I é verdadeira.
 - b) Apenas II é verdadeira.
 - c) Apenas III é verdadeira.
 - d) Apenas III é verdadeira.
 - e) Todas são verdadeiras.

09. Algumas das formas do verbo ir identificam-se com outras formas do verbo ser, conforme percebemos em:

- a) Eu sou, tu foras.
- b) Se eu fosse, quando eu for.
- c) Eu fora, eu irei.
- d) Eu sou, tu es.
- e) Eu tô indo, não vás.

10. Do ponto de vista gramatical, o que determina a ocorrência da identidade formal entre esses dois verbos é:

- a) Nada, pois não há similitudes.
- b) O contexto de aplicação dos verbos.
- c) A similaridade entre radicais e terminações dos dois verbos.
- d) A pessoa gramatical na qual o verbo é conjugado.
- e) Nenhuma das opções.

2ª Parte – Informática

11. Quando utilizada na Planilha Excel, a expressão =soma (H1:H4) faz o somatório das células:

- a) Da linha 1 com as células da linha 4.
- b) H1, H2, H3 e H4.
- c) Das linhas 1, 2, 3 e 4.
- d) Da coluna 1 com as células da coluna 4.
- e) H1 e H4

12. Quando utilizada na Planilha Excel, a expressão =SOMA (H1;H4) faz o somatório das células:

- a) H1 e H4.
- b) Da linha 1 com as células da linha 4.
- c) Da coluna 1 com as células da coluna 4.
- d) Das linhas 1, 2, 3 e 4.
- e) H1, H2, H3 e H4.

13. Uma região em uma planilha eletrônica.

- a) É definida recursivamente.
- b) Corresponde a um conjunto retangular de células.
- c) Corresponde a um conjunto trapezoidal de células.
- d) Corresponde a um conjunto de células.

e) Corresponde a um conjunto de células impossibilitado de ser deslocado.

14. Em relação ao MS Excel é correto afirmar que:

- a) Os comandos Dividir e Congelar Painéis têm a mesma função.
- b) As linhas podem ser ordenadas segundo os valores das células de uma coluna escolhida.
- c) Todas as colunas de uma mesma planilha devem ter a mesma largura.
- d) Não pode haver relação entre o valor de uma célula e os valores de outras células.
- e) Uma ou mais colunas ocultas são transferidas para um arquivo auxiliar devendo este ser acessado para a sua reexibição.

15. No Microsoft Excel 2003, que nome é dado a uma seqüência de comandos e funções armazenadas em um módulo do Visual Basic para execução de tarefas repetitivas?

- a) Tabela
- b) Célula
- c) Macro
- d) Gráfico
- e) Formulário

16. Em uma planilha do Microsoft Excel, na sua configuração padrão, tem-se na célula C1 a fórmula =A1 + B\$1. Ao ser copiada para o bloco C2:D2, a célula:

- a) C2 ficará com a fórmula =A3 + B\$2.
- b) D2 ficará com a fórmula =B2 + B\$1.
- c) C2 ficará com a fórmula =A2 + B\$2.
- d) D2 ficará com a fórmula =A3 + D\$1.
- e) C2 ficará com a fórmula =A2 + B\$1.

17. Com relação ao Microsoft Excel, na sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém a fórmula correta, a ser aplicada na célula A9, para somar os valores da célula A1 até a célula A8, inclusive.

- a) =A1+A3+A4+A7+A8
- b) =soma(A1:A8)
- c) =soma(A1;A8)
- d) somar(A1:A8)
- e) =A1:A8

18. Em relação à planilha Excel, existe um elemento básico no qual aquele aplicativo é organizado. Este elemento básico é conhecido como:

- a) Tabela.
- b) Célula.
- c) Menu.
- d) Barras de rolagem.
- e) Arquivo.

19. No Microsoft Excel 2003, ao se trabalhar com uma planilha eletrônica, em que é transferido um texto de outro arquivo proveniente do processador de texto Word para uma célula desta planilha, e, posteriormente, ao se salvar esta planilha de trabalho no disco rígido, será criada automaticamente uma extensão para esse arquivo (planilha) no disco rígido. Essa extensão é conhecida como:

- a) Doc.
- b) Exl.

- c) Wrl.
- d) Rtf.
- e) Xls.

20. É possível inserir a data e hora atual em uma célula no Microsoft Excel 2003 selecionando uma célula e pressionando:

- a) CTRL+; (ponto e vírgula) seguido de ESPAÇO e depois CTRL+SHIFT+; (ponto e vírgula)
- b) CTRL+H, mantendo pressionado o CTRL+Alt+D
- c) CTRL+H+; (ponto e vírgula)
- d) SHIFT+H, seguido de SHIFT+D
- e) SHIFT+H+D

3ª Parte – Conhecimentos Específicos

21. Conjunto de órgãos públicos vinculados diretamente ao chefe da esfera governamental que integram, que não possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas diretamente através do orçamento da referida esfera, como, por exemplo, secretarias, departamentos, seções, setores e coordenadorias:

- a) Administração Pública Direta.
- b) Administração Pública Indireta.
- c) Balanço financeiro.
- d) Balanço orçamentário.
- e) Balanço patrimonial.

22. Atividade permanente da Administração Pública, através de órgãos próprios como de Contabilidade, Inspeção Financeira, Orçamento, Auditoria e Tribunal de Contas, que visa promover a fiscalização prévia, simultânea e subsequente de toda extensão e conteúdo do processo de arrecadação de receitas e realização de despesas, assim como da criação ou da extinção de direitos e obrigações, do ponto de vista da legalidade dos atos, da fidelidade dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos e do cumprimento do programa de trabalho em termos monetários e de realizações (art. 75, I, II e III, Lei 4.320/64). Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno e ao Legislativo, o controle externo (art. 70, CF).

- a) Controle externo.
- b) Controle interno.
- c) Controle interino.
- d) Controle da execução orçamentária.
- e) Convênio.

23. Crédito adicional destinado ao reforço de dotação orçamentária existente (art. 41, I, Lei 4.320/64). Após aprovada a lei autorizativa, a abertura do crédito, ou seja, a sua utilização, deve ser feita por decreto do Executivo, até os limites estabelecidos (art. 42, Lei 4.320/64).

- a) Crédito adicional extraordinário.
- b) Crédito orçamentário.
- c) Crédito adicional suplementar.
- d) Crédito adicional especial.
- e) Cota orçamentária.

24. Referente aos princípios básicos em direito administrativo é INCORRETO afirmar:

- a) O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
- b) O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.
- c) A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- d) A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.
- e) A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

25. Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

- I. A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes internos ou da imposição destes.
- II. Uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, integral apenas, a outros elementos patrimoniais.
- III. O valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste.
- IV. Os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada.
- V. O uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e V
- b) II, III, IV e V

- c) II e IV
- d) III, IV e V
- e) IV e V

26. Dos Usuários da Contabilidade segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade é INCORRETO afirmar:

- a) Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mudanças sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.
- b) Os usuários externos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários internos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis.
- c) Em países com um ativo mercado de capitais, assume importância ímpar a existência de informações corretas, oportunas, suficientes e inteligíveis sobre o patrimônio das Entidades e suas mudanças, com vista à adequada avaliação de riscos e oportunidades por parte dos investidores, sempre interessados na segurança dos seus investimentos e em retornos compensadores em relação às demais aplicações. A qualidade dessas informações deve ser assegurada pelo sistema de normas alicerçado nos Princípios Fundamentais, o que torna a Contabilidade um verdadeiro catalisador do mercado de ações.
- d) O tema é vital e, por conseqüência, deve-se manter vigilância sobre o grau em que os objetivos gerais da Contabilidade aplicada a uma atividade particularizada estão sendo alcançados.
- e) O entendimento das informações pelos próprios usuários pode levá-los à conclusão da necessidade de valer-se dos trabalhos de profissionais da Contabilidade.

27. Referente ao Programa de Ação Imediata (PAI) que tinha como Presidente da República: Itamar Augusto Cautiero Franco é INCORRETO afirmar:

- a) Principais providências: Revisão da lei orçamentária de 1993, mediante cortes de US\$6 bilhões nos gastos.
- b) Elevação da receita pública, mediante soluções transitórias como a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) apenas.
- c) Regularização dos pagamentos dos tesouros estaduais e municipais, relativos a suas dívidas vencidas com a União, cujo montante alcançava a cifra de US\$40 bilhões.
- d) Reforço do controle e da fiscalização sobre os bancos estaduais com o objetivo de impedir que eles funcionem como agentes financiadores de seus respectivos tesouros.
- e) Extinção da Ufir diária, a qual passou a ser fixada trimestralmente, além de atrelar a variação das unidades fiscais estaduais à Ufir.

28. Programa Comunidade Solidária – A atuação da Secretaria Executiva abrange um conjunto de programas que formam a Agenda Básica. Esta é composta de dezesseis programas federais executados por cinco ministérios: Agricultura e Abastecimento, Educação e Desporto, Planejamento e Orçamento, Saúde e Trabalho, e articulados em seis áreas:

- I. Redução da mortalidade na infância.
- II. Suplementação alimentar.
- III. Apoio ao ensino fundamental, médio e à pré-escola.
- IV. Geração de ocupação e renda e qualificação profissional – Programa de Geração de Renda (Proger).
- V. Saneamento e habitação.
- VI. Fortalecimento da agricultura familiar – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Estão CORRETAS:

- a) I, II, III, IV, V e VI.
- b) I, II, IV, V e VI.
- c) II, III, V e VI.
- d) III, IV, V e VI.
- e) IV, V e VI.

29. Referente ao Imposto Territorial Rural (ITR) é INCORRETO afirmar:

- a) Fato gerador: a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.
- b) Base de cálculo: o valor da terra nua tributável (valor da terra nua, excluídas as áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na Lei nº 7.803, de 18.7.1989).
- c) Contribuintes: proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
- d) Alíquotas: variam de 0,3% até 25%. Quanto menor for a área da propriedade e maior for o seu grau de utilização, menor será a alíquota. Destinação: 60% da arrecadação são transferidos para os municípios e 40% constituem recursos ordinários da União.
- e) A Lei nº 11.250/2005 regulamentou dispositivo da Constituição Federal (EC nº 42/2003) que permite à União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, celebrar convênio com o Distrito Federal e com os municípios, que assim optarem, para fiscalizar e cobrar o imposto. A opção não poderá implicar redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

30. Referente às fontes de direito tributário e Fontes primárias é INCORRETO afirmar:

- a) Constituição Federal - Não cria tributos, mas confere competência para que pessoas políticas instituem, por meio de lei.
- b) Emendas Constitucionais - Podem alterar, dentro dos limites legais estabelecidos pelo poder constituinte originário.
- c) Leis complementares - Instituem impostos em casos de relevância, urgência e interesse nacional, devendo ser convertidas em lei no prazo de 60 dias.

- d) Leis ordinárias - Todos os tributos, em regra, devem ser criados por leis ordinárias, que podem instituir, majorar ou extinguir tributos. (os empréstimos compulsórios são de competência residual da União).
- e) Emendas Constitucionais - Revogam ou modificam a legislação tributária interna. Neste caso, as leis posteriores deverão adequar-se a esses tratados.

31. Referente a Lei complementar Nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Da Lei Orçamentária Anual é INCORRETO afirmar:

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- b) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- d) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.
- e) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

32. Da Lei Nº 9.424/96 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências é INCORRETO afirmar:

- a) Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e médio público, e na valorização de seu Magistério.
- b) É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.
- c) A implantação do Fundo poderá ser antecipada em relação à data prevista neste artigo, mediante lei no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.
- d) Inclui-se na base de cálculo o montante de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

- e) Do montante dos recursos do IPI, de que trata o art. 1º, inciso III, a parcela devida aos Municípios, na forma do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, será repassada pelo respectivo Governo Estadual ao Fundo e os recursos serão creditados na conta específica a que se refere este artigo, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação do restante desta transferência aos Municípios.

33. Segundo a Lei Nº 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências é INCORRETO afirmar:

- a) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
- b) Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- c) Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- d) As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- e) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

34. Referente a Lei Nº 4.320/64 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal é INCORRETO afirmar:

- I. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- II. São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas

- classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982).
- III. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e indiretos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982).
- IV. O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982).

Estão CORRETAS:

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e IV
- c) III e IV
- d) I, II e IV
- e) II e IV

35. São receitas correntes, EXCETO:

- a) Contribuições de Melhoria.
- b) Participações e Dividendos.
- c) Receita Industrial.
- d) Operações de Crédito.
- e) Receita de Serviços Industriais.

36. As despesas não pagas até 31 de dezembro, cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material, prestou o serviço, e a despesa foi considerada liquidada por ter sido cumprido o terceiro estágio correspondente à liquidação, estando na fase de pagamento, entende-se como Restos a pagar de despesas:

- a) A executar.
- b) Não processadas.
- c) Futuras.
- d) Processadas.
- e) A compensar.

37. Referente a princípios em atos administrativos é INCORRETO afirmar:

- a) A presunção de legitimidade é atributo pelo qual se presume o ato administrativo em conformidade com a lei, até prova em contrário.
- b) Não se confunde a presunção de veracidade dos atos administrativos, pelo qual se presumem os mesmos praticados em conformidade com a lei até prova em contrário; com a presunção de legitimidade, pela qual presumem os fatos afirmados pela Administração efetivamente ocorridos, também até prova em contrário, prova esta a cargo do administrado.
- c) A presunção de legitimidade e veracidade é atributo inerente a todo ato administrativo, ao contrário dos demais atributos - auto-executoriedade e imperatividade -, que não se encontram presentes em determinadas espécies de atos administrativos. Tal presunção é inerente ao próprio ato e decorre do princípio da legalidade, a que está adstrita a Administração, e da

- necessidade de atuação administrativa célere e eficaz, que seria sobremaneira prejudicada se a Administração tivesse que obter do Poder Judiciário o reconhecimento prévio da legalidade de todos os atos que tivesse que realizar.
- d) Como se abre a possibilidade para o administrado de impugnar o ato administrativo, conclui-se ser a presunção de legitimidade apenas relativa, ou seja, subsistente até prova em contrário. Se absoluta fosse a presunção, não teria o administrado oportunidade de questioná-la.
 - e) A inversão do ônus é justamente a característica elementar de todas as presunções relativas e a diferença destas com relação as presunções absolutas.

38. Quanto à fixação e alteração da remuneração e dos subsídios, o primeiro ponto de destaque é que a matéria demanda lei específica, ou seja, lei que só trate do assunto em questão e de mais nenhum outro. Em segundo, deve ser observada a iniciativa privativa em cada caso, conforme as regras dispostas ao longo do texto constitucional, as quais, em nível federal, podem ser assim condensadas a(o)s descritos abaixo, EXCETO:

- a) A iniciativa é privativa do Presidente da República para a fixação da remuneração dos servidores da Administração direta e autárquica (CF, art. 61, § 1c, 11, a).
- b) Os cargos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal têm sua remuneração fixada em lei específica, cuja iniciativa incumbe com exclusividade à respectiva Casa (CF, art. 51, IV, e art. 52, XI11).
- c) Os cargos no Poder Judiciário tem regramento análogo, sendo a remuneração fixada em lei de iniciativa privativa de cada Tribunal (CF, art. 96, 11, b).
- d) Os subsídios dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderão sempre a 75% daquele estabelecido para os Ministros do STF, e as dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, de acordo com as diversas categorias do Judiciário no país, não podendo a diferença entre uma e outra categoria ser inferior a 5% ou superior a 10%, nem ultrapassar 95% do subsídio fixado para os Ministros dos Tribunais Superiores (CF, art. 94, V).
- e) O subsídio dos Ministros do STF é fixado pelo Congresso Nacional. A partir da alteração promovida pela EC no 41/2003 no art. 48, XV, da CF, a determinação não requer mais "lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal" (art. 48, XV, na redação anterior). Uma leitura apressada do dispositivo na sua redação atual dá a impressão de que tal atribuição agora seria de competência exclusiva do Congresso Nacional, via decreto legislativo.

39. Referente ao FUNDEB é INCORRETO afirmar:

- a) FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.
- b) O Executivo é obrigado a fornecer aos Conselhos todos os documentos que comprovam a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB.
- c) Os membros dos Conselhos são escolhidos pelas entidades que representam, salvo aquele que o executivo vai indicar.
- d) Os Conselhos são gestores dos recursos do FUNDEB.
- e) Nos municípios onde houver Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar (Lei Federal nº 8.069/90 - ECA), deverá um representante de cada Conselho integrar os Conselhos do FUNDEB, dos respectivos municípios.

40. Referente à Inexigibilidade de Licitação é INCORRETO afirmar:

- a) Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório.
- b) Quando a Administração visa à aquisição de um bem ou a contratação de um determinado serviço, irá pesquisar no mercado empresas que atenderão a sua necessidade.
- c) A aquisição de um equipamento, como por exemplo, um aparelho de fac-símile, poderá ser feita por meio de fornecedores múltiplos que comercializam esse tipo de produto. Fabricantes, distribuidores, revendedores e outros tipos de estabelecimento comercial, poderão fornecer à Administração o fac-símile, desde que atendidos os pré-requisitos documentais e as especificações do equipamento. Portanto, nota-se claramente que o fac-símile é um produto comercializado por um universo amplo de empresas, fato este que justifica a abertura de um procedimento licitatório. Neste caso, a concorrência obriga a realização do certame para a obtenção da melhor proposta, dentro das regras estabelecidas que não guardam a isonomia entre os competidores.
- d) Quando a Administração necessita adquirir um bem ou contratar um determinado serviço, que possui características especiais e especificações ímpares, que apenas um fabricante ou fornecedor possua, torna-se impossível a realização de licitação, pois o universo de competidores se restringe apenas a um único participante.

- e) No caso de apenas um participante, a regra de licitar para se obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de fornecedores, dá lugar à sua exceção de não licitar, pois o objeto assume uma característica de tamanha singularidade que se torna impossível realizar uma competição, em razão de que apenas um fornecedor possui o objeto almejado pela Administração.

FIM DO CARTERNO